



FRAGILIDADES DE UMA POLÍTICA DE GÊNERO TRANSVERSAL

Edyane Silva de Lima¹

Eliane Rose Maio²

RESUMO Através de pesquisa qualitativa com gestores de políticas consideradas básicas do município de Toledo/PR em 2009 e das discussões provocadas no NUDISEX acerca da questão de gênero expomos reflexões acerca da gestão da política de gênero sob um recorte transversal, onde as políticas sociais estejam articuladas e executadas nos diversos serviços públicos desse município. A pesquisa teve a intenção observar o entendimento e dar visibilidade a política de gênero, a qual desde 2003, através do governo federal vem sendo focada com intuito de eliminar desigualdades entre homens e mulheres, apreendendo as particularidades destes, firmando assim pactos e deliberando recursos para esta finalidade. O município de Toledo conta com uma Secretaria de Atendimento à Mulher, fazendo com que presumamos abrir precedente a uma reflexão de incipiente trabalho quanto a eliminação das desigualdades de gênero, mesmo que a longo prazo, podendo esta discussão estar presente nos instrumentos de gestão pública como os PPA (Plano Plurianual), LOA (Lei Orçamentária Anual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Permitiu-nos assinalar dificuldades como: a falta de acesso a informação, inexistência de intersectorialidade e integração entre alguns setores públicos, fatores que poderiam estar sendo resolvidos desde que as políticas públicas estivessem sendo melhor planejadas, revelando confusão e pouco conhecimento da política de gênero e a perpetuação de características da cultura patriarcal que alicerçam a submissão e o caráter de subalternidade entre os sexos. Porém, são apontadas timidamente alternativas para reversão desse quadro pelas pesquisadas, as quais seguiram expostas como, por exemplo, o aprimoramento da execução dos serviços públicos.

Palavras-chaves: gênero, transversalidade e políticas públicas.

Introdução

A partir da década de 1980, temos fortemente a discussão e implementação de ações oriundas das reformas administrativas do Estado,

¹ Mestranda em Educação pela UEM. Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Diversidade Sexual NUDISEX e do Grupo de Pesquisa Violência e Indisciplina Escolar. Assistente social da Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand. Docente do curso de serviço social da UNIPAR. E-mail: edyane.lima@bol.com.br

² Orientadora, graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. Mestrado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista-UNESP/Assis. Doutorado e Pós-Doutorado em Educação Escolar-UNESP/Araraquara. Professora do Mestrado em Educação – PPE, UEM, Coordenadora do Grupo de Estudos Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Diversidade Sexual. E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br



sendo isto palpável a partir da Constituição da República de 1988, que rege sobre os princípios da administração pública transparente, aprimorando posteriormente instrumentos que garantam os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Junto a isso, a sociedade brasileira publiciza tacitamente por meio de ONG's e movimentos sociais, principalmente de mulheres, expressões de desigualdades de gênero, remetendo aos gestores públicos incorporarem aos espaços de discussão e elaborarem relatórios, vindo as proposições de encontro as demandas por igualdades para minorias.

Na perspectiva da racionalização de recursos, melhor atendimento a população e tendo em vista que o município de Toledo tem uma Secretaria de Atendimento a Mulher, o que pressupõe certa facilidade em galgar a uma política de gênero, propomo-nos através deste estudo que resulta de pesquisa com gestores de políticas sociais municipais e das discussões do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual sobre a dimensão de gênero, trazer elementos que possam dar visibilidade sobre a implementação e até mesmo abordar sobre a incipiente gestão de uma política de gênero no município de cunho transversal.

Desenvolvimento

Entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais, a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente predominante. A categoria gênero surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológica das desigualdades sócio culturalmente construídas, e, procurou mudar a atenção de um olhar para mulheres e homens como segmentos isolados, para um olhar que se fixa nas relações inter-pessoais e sociais, através das quais elas são mutuamente constituídas como categorias sociais desiguais. (SANTOS, 2005)

Permeará nossa discussão, o entendimento acerca de gênero aquele que indica construções sociais, isto é, a criação das idéias sobre os papéis



próprios aos homens e as mulheres, que vão se desenvolvendo e que por vezes não condiz com sua determinação biológica. Sendo que, se ativermos aos papéis sexuais assegurados numa perspectiva conservadora temos “a disseminação de uma linguagem ora masculina exclusivista [que] é naturalizada e incorporada também nas estruturas sócio-institucionais e jurídicas”. (BANDEIRA, 2005, p.5) Cabendo destacar a partir disso que a superação das desigualdades muitas vezes pode não ser incorporadas pelos gestores públicos, havendo implantação de ações voltadas ao gênero numa perspectiva tão e somente feminina se compreendida a luz do conceito acima, justificando então a adoção por uma conceituação de gênero que aborda as relações e os desdobramentos dos papéis sociais independentes de determinantes sexuais puramente biológicos.

Sob a perspectiva conservadora de gênero, o planejamento das políticas e das ações públicas, muitas vezes distancia-se da redução das desigualdades de gênero, pois com relação à mulher, observamos políticas de saúde ligadas a reprodução do feminino; em termos de geração de renda no âmbito das políticas sociais destacam-se cursos de crochê, costura, bordados, e também, atividades lúdicas e culturais, voltadas na maioria das vezes a mulher de forma incisiva. Entretanto, nem mesmo as ações existentes através das políticas ilustradas como exemplo, trabalham sobre o viés da transversalidade de gênero, sendo executadas de maneira isolada e sobre uma perspectiva afirmativa do papel feminino isoladamente, levando-nos a refletir sobre uma ínfima expressividade da superação das desigualdades de gênero e empoderamento feminino.

Nesse sentido, expressões das desigualdades de gênero são evidenciadas nos direcionamentos de serviços como os citados anteriormente, mas também demandas como a desigualdade salarial e a violência contra mulher, desencadeadas nos anos de 1990, mesmo que de forma incipiente, fizeram com que houvesse sua incorporação a agenda das políticas públicas. Levando-nos a refletir enquanto hipótese acerca dessa problemática a questão de uma não efetivação da transversalidade e incorporação recente do assunto



gênero no âmbito governamental, haja vista que as políticas públicas no Brasil, de maneira geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero, uma vez que há a distinção entre políticas públicas de gênero e políticas públicas para as mulheres.

A primeira considera “a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. Enquanto a segunda, têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social” (Bandeira, 2005, p.9). Implicando na centralidade da mulher na família, reafirmando a visão de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo inevitável, refletindo na perpetuação de uma cultura patriarcal, a qual enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família, e não necessariamente seu empoderamento, respeito as suas condições e autonomia.

Assim, observa-se através das ações governamentais e dos PPA³ que ainda não é visualizada essa dimensão como uma política pública de gênero, mas sim políticas específicas para mulheres reforçando o viés fragmentado das políticas sociais.

As políticas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, pontual, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino Bandeira (2005, p.9).

Permitindo-nos vislumbrar a curto e médio prazo ações governamentais voltadas as mulheres enquanto um processo de transição para sua maior completude que é o gênero. Sendo que, a incorporação das políticas para mulheres e políticas de gênero, desencadeadas em 1980 através dos

³ O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento e uma obrigação constitucional que a União, os Estados e os Municípios têm que cumprir no primeiro ano de governo, com validade até o primeiro ano do próximo governo (Princípio da Continuidade).



movimentos feministas que não deixam de explicar a historicidade da característica pontual dos serviços públicos direcionados a “desigualdade de gênero”, vem demarcar seu território com visibilidade mais profícua no país a partir de 2004, por meio da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que teve como resultado a elaboração do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Neste, foram contemplados 112 pactos, 6 com governos estaduais e 106 com municípios de 16 Estados, destacando que com relação ao Paraná os municípios que pactuaram ações foram: Maringá, Umuarama, Coronel Vivida, Reserva do Iguaçu, Governo do Estado, Campo Mourão e Assis Chateaubriand, tendo como um dos eixos centrais a atuação sobre a transversalidade. Porém, a compreensão sobre o termo transversalidade é recente e se visualiza uma longa construção para sua efetividade, cabendo contextualizá-lo para tecermos algumas ponderações a respeito, ainda mais quando o município de Toledo, alvo de pesquisa, não está entre os que assumiram os pactos, mas obteve financiamento do governo federal através da Secretaria Nacional de Políticas Especiais para Mulheres para aquisição de veículo para sua Secretaria Municipal de Atendimento a Mulher.

Em 2003, com a medida provisória 103, de 1º de janeiro, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania. Sendo competência desta secretaria:

- Art.: 1º., I - Assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- II - Elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional;
- III - Elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e das demais esferas de governo;
- IV - Promover a igualdade de gênero, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;



V - Promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e três Subsecretarias. (BRASIL, 2003, Portaria nº. 80)

Diante desse contexto, o município de Toledo, em 1988 criou o Conselho Municipal da Condição Feminina por meio da Lei n.º 1.413, de 20/04/1988, mas somente em 03 de janeiro de 2005 instituiu um órgão gestor próprio para essa política, a Secretaria Municipal de Atendimento à Mulher, que

(...) desenvolverá programas que terão como meta a promoção de Políticas Públicas, implantando programas de proteção social à mulher como gênero, prestando orientação e encaminhamento de procedimento de assistência jurídica, social e pedagógica, visando o desenvolvimento integral das áreas físicas, cognitivas, afetivas e espiritual (TOLEDO, 2007, p. 1).

O principal objetivo dessa secretaria é “Trabalhar em prol da preservação da família, buscando a superação de qualquer tipo de discriminação e violência contra as mulheres, através do conhecimento e conscientização dos seus direitos, restaurando valores éticos e morais” (TOLEDO, 2007, p.2). Imbuídos pelo que propõe a Secretaria Municipal de Atendimento a Mulher e o próprio PPA 2006-2009 do município de Toledo, destacamos em negrito (**grifo nosso**) que os eixos de atuação reforçam ações voltadas prioritariamente a mulher e sua reprodução, visualizando a partir das seguintes proposições que seguem destacadas:

Quadro 1 - Ações identificadas no PPA do Município de Toledo referente ao período de 2006 à 2009⁴

⁴ Buscou-se levantar dados sobre a execução, alcance e gastos com as ações previstas no PPA, entretanto, a Secretarias Municipal de Saúde informou em 07/04/2009 que somente é possível verificar o que foi destinado a demanda de medicamentos e quanto aos demais procedimentos, são dimensionados de maneira genérica em termos de custos e alcance do público atendido. E nos assegurou que as ações **“Implementar o programa de atenção integral à saúde da mulher” e “Implantar o Centro de Saúde da Mulher no Mini-Hospital Dr. Jorge Nunes, para realização de pequenas cirurgias, exames com ultra-som e mamografia, etc.”** não foram efetivadas.



ATIVIDADE	ME TA	PRODUTO ESPERADO	FUNÇÃO	ANÁLISE /OBS
Atividades do departamento médico global.	Realizar encontros, plenárias e conferências de saúde; Apoiar ações do Conselho Municipal de Saúde e promover a integração com a municipalidade; Coordenar os serviços de saúde de pediatria, obstetrícia, clínica geral e ginecologia oferecidos nas unidades de saúde ; : Realizar encontros, plenárias e conferências de saúde; Apoiar ações do Conselho Municipal de Saúde e promover a integração com a municipalidade; Coordenar os serviços de saúde de pediatria, obstetrícia, clínica geral e ginecologia oferecidos nas unidades de saúde;	Satisfação da população com os serviços básicos de saúde oferecidos; Medidas administrativas adequadas para o bom funcionamento das unidades de saúde; Controle das atividades administrativas das unidades de saúde	Secretaria da Saúde	Nesta ação, está programado em específico para atendimento as mulheres, o programa de ginecologia nas unidades de saúde.
Gestão das políticas públicas de atendimento a mulher global.	Elaborar e coordenar, em conjunto com o Prefeito Municipal, as políticas de atendimento à mulher; Dotar de estrutura física, administrativa e de recursos humanos o Gabinete da Secretaria de Atendimento à Mulher para realização de suas atribuições; Atender com a previdência social servidores não efetivos da secretaria.	Valorização da mulher.	Assistência Comunitária	O município tem órgão de gestão de políticas públicas para as mulheres. Precisa melhorar as estruturas físicas e humanas.
Implementação dos Serviços Básicos de Saúde nas Unidades de Saúde Global.	Realizar atendimento médico e ambulatorial nas unidades de saúde do Município, distribuindo medicamentos, encaminhando para exames, consultas especializadas em hospitais; Implementar o Programa Saúde na Família; Realizar palestras educativas; Ampliar o atendimento odontológico nas unidades de saúde, especialmente no Jardim	População atendida integralmente nos serviços básicos de saúde; Melhoria da qualidade do atendimento dos serviços básicos de saúde ofertados nas unidades de saúde	Saúde-Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Nas Unidades de Saúde tem as seguintes ações: → Incentivo ao aleitamento materno; → Campanhas de prevenção do Câncer de mama e colo do útero; → Campanha de prevenção do câncer de próstata; → Implementar o programa de atenção integral à



	<p>Coopagro, Jardim São Francisco e CAIC, sendo o sistema aberto aos alunos da rede municipal de ensino; Melhorar a qualidade do atendimento nas unidades de saúde, pela realização do agendamento antecipado de consultas, atendimento preferencial a pessoas portadoras de deficiência, informatização das unidades de saúde, implantação do sistema " Remédio em Agenda " com fornecimento domiciliar de medicação de uso contínuo; Implantar o Programa " Sorria Toledo" a fim de oferecer educação para saúde bucal para gestantes, bebês, adolescentes e odontologia geriátrica; Implantar a Farmácia Municipal de Manipulação; Ofertar consultas médicas e de especialidades nas unidades de saúde no período da tarde; Proporcionar toda estrutura física e administrativa para execução deste programa; Apoiar programas de melhoria da qualidade de vida dos idosos; Implantar Programa Médico da Família; Implantar programa de prevenção de deficiência; Implantar programa de prevenção de drogas; <u>Incentivar aleitamento materno</u>, criar banco de leite humano; Intensificar <u>campanhas de prevenção ao câncer de mama, colo de útero, próstata</u>, hipertensão, diabetes, AIDS, drogas, <u>saúde da mulher</u>, combate ao fumo; Implantar um centro de apoio à</p>			saúde da mulher.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	------------------



	saúde e segurança do trabalhador; Incentivar o uso de tratamento fitoterápico com orientação profissional; Implementar o programa de atenção integral à saúde da mulher ; Implementar o Programa Agentes Comunitários de Saúde PACS; Implantar Laboratório de Próteses Dentárias.			
Implementação dos Serviços Especializados de Saúde Global.	Realizar o atendimento dos serviços de saúde especializados à população; Fortalecer o Consórcio Intermunicipal de Saúde para aumento da oferta de consultas especializadas; Implantar o Centro de Saúde da Mulher no Mini-Hospital Dr. Jorge Nunes, para realização de pequenas cirurgias, exames com ultra-som e mamografia, etc. ; Manter e implantar os programas de odontologia; Participar do programa CEO - Centro Especial de Odontologia; Proporcionar toda estrutura física e administrativa para execução deste programa; Credenciar procedimentos de alta complexidade nas especialidades de ortopedia, gestação de alto risco , cirurgia vascular e arterial e oncologia.	Aumento dos serviços de saúde especializados ofertados à população; Melhoria da qualidade do atendimento e dos serviços de saúde especializados ofertados nas unidades de saúde.	Saúde-Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Não ficou claro se estas ações são desenvolvidas pelo o município ou se é através do consórcio da saúde, projeto do Estado em parceria com o Município.
Atividade do Deptº de Assistência à Mulher Global.	Dotar de estrutura física e de recursos humanos, o Departamento de Assistência à Mulher, para o desenvolvimento de suas atribuições administrativas; Manter programas, ações, projetos e atividades voltadas às políticas de atendimento à mulher; Implantar programas de	Atendimento integral à mulher e seus filhos, vítimas de todos os tipos de violência e preconceitos.	Administração Geral	As atividades previstas são audaciosas, porém há necessidade de mobilizar a administração e os órgãos competentes, bem como a comunidade no geral para assegurar a implementação das ações previstas. Se não fica muito bem no papel, mas na realidade não se aplica.



	<p>proteção à maternidade; Viabilizar e estruturar programas e ações para o atendimento à mulher vítima de violência e qualquer tipo de preconceito; Implantar programas em conformidade com a política nacional de atendimento às mulheres; Fomentar campanhas, seminários, cursos, fóruns e conferências visando combate à violência contra a mulher; Fomentar cursos de capacitação profissional de educação continuada para educação e saúde; Contribuir e coordenar projetos de alfabetização de adultos para erradicação de analfabetismo no Município.</p>			
<p>Atividades do depart^o de Assuntos Jurídicos não Mensurável Global .</p>	<p>: Dotar de estrutura física e de recursos humanos, o Departamento de Assuntos Jurídicos, para o desenvolvimento de suas atribuições administrativas; Promover a capacitação, através de encontros e seminários no intuito de sensibilização e garantia de direitos; Implantar e estruturar <u>o Conselho da Condição Feminina no Município</u>; Estabelecer convênios, termos de parcerias com universidades, fundações, órgãos públicos e privados para o desempenho das ações; <u>Viabilizar e estruturar programas e ações para o atendimento à mulher vítima de violência e preconceitos</u></p>	<p>Diminuição de casos de violência e preconceitos contra a mulher; Reintegração da mulher, vítima, à sociedade e à família.</p>	<p>Administração Geral.</p>	<p>O órgão colegiado (Conselho) é uma realidade no município de Toledo.</p>



Curado e Auad (2008), consideram que faltam gestores capacitados no que permeia a elaboração e execução de programas, projetos e ações governamentais, não tendo a compreensão da transversalidade em gênero que possibilita a garantia da amplitude de uma política pública.

A partir deste apontamento, evidenciamos dados de pesquisa realizadas em 2009 com gestores municipais de políticas sociais, sob abordagem qualitativa, empregando a entrevista semi-estruturada, que seguiu a dinâmica de primeiramente estabelecer contato telefônico para agendamento das entrevistas e posterior a entrevista em si, que utilizou como apoio um roteiro de questões norteadoras e o instrumento gravador, pesquisamos gestoras das políticas de educação, saúde, assistência social⁵, que enquadraram-se no perfil de gestores sem ocupação de cargos “políticos”. Identificadas por E1, E2 e E3, configuram pelo perfil de serem formadas em serviço social, exercem na função pública a profissão e trabalham em regime estatutário⁶ na Prefeitura Municipal de Toledo. E1 trabalha há quinze anos no setor público e está há oito na Secretaria Municipal de Educação; E2 está no órgão público há onze meses, sendo cinco na Secretaria Municipal de Saúde e E3 há três anos na administração pública e oito meses na Secretaria Municipal de Assistência Social, ressaltando que o segundo período diz respeito ao exercício enquanto gestora pública em Toledo. Quanto ao fator idade, E1 está com 38 anos, E2 com 25 anos e E3 com 27 anos, se encontram em idade produtiva e com certa experiência no órgão público.

Analisando os dados através eixos norteadores que seguem em negrito, temos a respeito da **política de gênero de caráter transversal**, que as

⁵ Não foi possível entrevistar a gestora da Secretaria de Atendimento a Mulher, devido a mesma estar entrando em período de férias e recusar-se a tal procedimento, nos direcionando a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a qual também não teve disponibilidade para realizar entrevista.

⁶ Os servidores estatutários são os titulares de cargo público efetivo e em comissão, com regime estatutário geral ou peculiar e integrantes da administração direta, das autarquias e das fundações públicas com personalidade de direito público. Tratando-se de cargo efetivo, seus titulares podem adquirir estabilidade e estarão sujeitos a regime e peculiar de previdência social. (IURK, 2006, p. 21)



gestoras abarcaram essa questão numa dimensão maior, englobando questões correlatas a desigualdade étnica e cultural, destacando que

É tema assim, bastante amplo, mas uma questão ligada a etnia, cultura. (...). É um tema que trabalha em todas as áreas, a gente tem a obrigação de trabalhar os temas que estão vinculados e não fragmentá-los não vejo gênero só como a questão de diferença entre feminino e masculino, homem e mulher a gente sabe que é da natureza que são diferente, o que tem que se trabalhar é quais são as diferenças, mas é entender a raça, as condições, as mesmas condições de acesso a direito e deveres. E1

(...) tem que saber, quais as necessidades das mulheres, de índios, quilombolas, homens, sabe quais são as necessidades. E3

Havendo a compreensão de que não é domínio exclusivo de um órgão não precisaria ter uma secretaria específica, mas que todas as áreas desenvolva políticas de gênero, desenvolva serviços de encontro a essas demanda. E3

Observamos um distanciamento da conceituação ora trabalhada, pois, abordamos que a transversalidade de gênero nas políticas públicas ocorre enquanto elaboração de uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação a superação das assimetrias de gênero nas e entres as distintas esferas de governo. Mas, não podemos descartar que de certa maneira é trazida pelas entrevistadas, embora de maneira superficial, levando-nos a percepção de uma “confusão” e pouco conhecimento sobre o termo, e ainda consideramos que os enfoques das diferentes demandas (índios, quilombolas) não deixam de revelar desigualdades de gênero enquanto grupos de minorias.

Admitem que as políticas sociais estejam falhas no que tange a não implementação dessa transversalidade, devendo-se a falta de articulação entre as políticas,

Olha hoje a gente tá caminhando nesse processo, a gente não conseguiu atingir a excelência dessa transversalidade através das parcerias. E1



Mas apontam **alternativas que permitem a efetividade do caráter transversal** na perspectiva da política de gênero e vislumbram possíveis alterações a partir de uma nova direção política e do rumo das discussões a respeito no município de Toledo.

[A partir de] Um diagnóstico de todas as políticas do município e a partir desse diagnóstico para a gente formular ações reais e possa abarcar a transversalidade de gênero nas políticas, a questão da etnia, raça, da questão cultural. (...) começa no nosso planejamento a traçar isso e nos nossos documentos, nas discussões dos conselhos, de equipe. E2

É planejar, é partir disso, a equipe tem que ter a percepção que a política de gênero tem que aparecer nos nossos planos, projetos, na saúde, também na educação. E3

Apontam que o planejamento deve ser melhor gerido quando percebe a necessidade de integração e articulação no momento de elaboração dos instrumentos de execução das políticas públicas, todavia sinalizam como propostas para alteração desse quadro de “ingerência” de ações públicas voltadas a questão de gênero sob um recorte transversal a necessidade de

Primeiro ouvir as mulheres e os homens, ouvir suas necessidades, fazer esse levantamento das demandas e depois traçar os planos, os projetos e também com relação a mídia divulgar isso que necessita isso, porque ninguém toca no assunto. E3

É através do processo educacional e cultural mesmo através dos diversos setores estar trabalhando na mesma linha, eu acho que é definir o que se quer enquanto município na questão de gênero e aí unir as escolas públicas, privadas para definir a linha de trabalho, a gente já tem condição de trabalha. E1

A capacitação profissional que proporcione a reflexão sobre política de gênero. E2

Quanto às **ações pontuais voltadas exclusivamente a mulher enquanto mecanismo de ampliação ou redução das desigualdades de gênero**, podendo vir a culminar em políticas públicas de gênero, isto é, compreendendo como um processo transitório, as gestoras reconhecem e retoma o aspecto atual do município, isto é, a disponibilidade de uma Secretaria de Atendimento a Mulher, atribuindo que



O enfoque de maneira pontual é forma de ampliar a desigualdade. E2

(...) tem alguns programas, algumas atividades, mas não na perspectiva de empoderamento da mulher. É que assim, se a gente for pegar os cursos [profissionalizantes e de geração de renda] a gente vê que amplia as desigualdades, porque são cursos de crochê, mais atividades para as meninas. As mulheres sempre teve a questão da sua submissão e opressão e começaram a perceber que a nível federal tão focando a violência contra mulher porque é a demanda que mais se publiciza, mas existem outras coisas, as escolhas das mulheres é essa visão, seria interessante a secretaria da mulher, mas não só focalizar na mulher vítima de violência, mas foi um pontapé inicial, mas pensar a mulher de uma maneira mais ampla aí tem condições de ser uma política de gênero. E3

Sendo que, na perspectiva do direcionamento atual dado a questão da mulher em si em âmbito municipal, as entrevistadas não visualizam que o enfoque pontual possa resultar em uma política de atenção ao gênero, pois

Do jeito que tá hoje, não. E3

Não como está sendo conduzida, porque se pensar como o movimento feminista estaremos ampliando as desigualdades, mas se for entender as diferenças com um olhar de igualdade de condições aí sim teremos uma política de gênero, aí tem a perspectiva de galgar a ter uma política transversal de gênero. E2

Nota-se através da pesquisa um movimento repleto de contratempos, como a falta de compreensão enquanto gestoras para execução de uma política transversal, frisando a não reflexão da questão gênero na elaboração dos instrumentos que norteiam as políticas sociais sejam de educação, saúde e assistência social, cumprindo com seu caráter fragmentador e focalista histórico. Em contrapartida, evidencia-se o reconhecimento das dificuldades conjunturais e estruturais existentes que permitem que essa realidade de “ingerência” perdure.

Conclusão

O esclarecimento e a formação sobre a política de gênero apresentam-se como complexidades a serem trabalhadas com os gestores públicos de



forma que venha marcar o rompimento com o caráter pontual das políticas sociais, que advêm de longa data.

Mesmo o termo transversalidade de gênero sendo proposto através do plano nacional de políticas para mulheres, há muitos municípios, principalmente os de pequeno porte⁷, que não instituíram assessorias, coordenadorias, departamentos e/ou secretarias de atendimento a mulher, a exemplo os municípios vizinhos de Cascavel, Palotina e Umuarama, e que também não fortalecem e programam a rede de políticas públicas existentes com o intuito de atender essa demanda. Permitindo-nos considerar que exige-se mais que estruturação física financeira, mas, sobretudo de recursos humanos, necessita-se de um gestor público enquanto profissional de articulação.

Evidenciamos a falta de preparo dos gestores para o planejamento e gestão da política de gênero sob um viés transversal, assim como nas outras políticas, haja vista as ponderações sobre as dificuldades de articulação. E também, a focalização das ações, pois mesmo com pouco tempo de implantada a própria Secretaria de Atendimento a Mulher e o PPA do município de Toledo, elucidado anteriormente, aborda de maneira fragmentada a possível implementação da política de gênero, e da maneira como se encontrava não permitia vislumbrar o público alvo do segmento mulher como capaz de resultar em ações mais amplas, até mesmo no que concerne ao seu atendimento, uma vez que restringe seu direcionamento somente as mulheres vítimas de violência. Permitindo-nos a reflexão não fora planejada para o atendimento e compreensão da mulher em sua totalidade, ademais a busca pela igualdade de gênero mostra-se longe de ser alcançada, entretanto, se for melhor planejada e seriamente monitorada abre o leque de possibilidades para esta alteração.

Nesse sentido, a proposição de ações articuladas entre os órgãos públicos e privados, de fomento a pesquisa, capacitações continuadas e incentivos a atividades que visam o combate a desigualdade de gênero,

⁷ Conforme Política Nacional de Assistência Social entende-se por município de pequeno Porte aquele que tem sua população de até 20.000 habitantes.



mostram-se como estratégias plausíveis para o cumprimento dos pilares da gestão pública, principalmente no que concerne a sua eficiência e ainda demonstra-se como parâmetro para racionalização de recursos públicos. Valendo também enfatizar que os profissionais da administração pública estejam habilitados para compreender as novas determinações do Estado e da sociedade, permitindo-lhes contemplar novas formas de trabalho, isto é, que sua qualificação possa ser de planejar, implantar, avaliar e monitorar políticas públicas, conforme apontado por Nogueira (1998).

Referências

BANDEIRA, Lourdes; **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília, 2005. CEPAL: SPM. 47p.

CURADO, Jacy C.; AUAD, Daniela (Org.) **Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência em formação**. Campo Grande: UCDB, 2008. 240p.

FEREIRA, Virgínia. A globalização das Políticas de Igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. In: Políticas de Igualdade Tavares, Tereza e Ferreira, Virgínia (orgs.). Revista da Associação Portuguesa de Estudo sobre as Mulheres: EX AEQUO, Nº 2/3. APEM. CELTA. Oeiras, Portugal, 2000.

IURK, Cassiano Luiz. **Recursos Humanos no Setor Público**. ITDE – Instituto Tecnológico de Desenvolvimento educacional. Curitiba, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democráticas do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 305p.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Classe social e desigualdade de gênero no Brasil**. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT “Gênero na contemporaneidade”. 2005.

STIEGLER, B. **Gênero, poder y política**. División de Cooperación Internacional de la Friedrich-Ebert-Stiftung. Departamento América Latina y el Caribe. Bonn, Alemanha, 2003.

TOLEDO. **Mulher você merece esse direito**. Toledo, 2007.



_____. **Programas da Secretaria de Assistência Social 2007.** Toledo, Secretaria de Assistência Social, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo, Atlas, 1994.

VIEZZER, M. I. **O problema não está na mulher.** São Paulo: Cortez, 1989. 173 p. Biblioteca de Educação. (Série 3 – Mulher Tempo, v. 2)